

IMPLANTAÇÃO DE PERÍMETROS IRRIGADOS NO NORDESTE RURAL: INCLUSÃO OU PROLETARIZAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR?

Helenira Ellery Marinho Vasconcelos

Pesquisadora da Embrapa Agroindústria Tropical;

Doutoranda do Curso de Sociologia/UFC

e-mail: heleniramarinho@yahoo.com.br

Elza Maria Franco Braga

Professora Doutora do Curso de Sociologia da UFC

e-mail: pomelza@ufc.br

"Você trabalha duro
sua alma e camisa
e vê que toda essa luta
não lhe rende um alqueire.
Só então fica sabendo
que a rosa da vida
não é flor que se cheire."

Francisco Carvalho¹

RESUMO

O inusitado aviva a imaginação e inquietações investigativas. Decorre deste estado de espírito a breve narrativa, que faz parte de uma pesquisa em construção para formulação de tese de doutorado. A surpreendente alteração da usual paisagem do semi-árido nordestino em locais de agricultura irrigada instigou o presente tema, que se inscreve no novo mundo do trabalho, de grande incidência do emprego temporário e de repercussões no cotidiano de agricultores (as) familiares desalojadas, por força de desapropriação, de seus meios de produção e que se reincorporam ao local de trabalho e moradia, por via de assalariamento. A área de estudo é o perímetro irrigado do Baixo Acaraú, litoral norte do Estado do Ceará, empreendimento no qual se constatou a existência de trabalho temporário, representando, aproximadamente, 76% da mão-de-obra empregada e, também que essa de força-de-trabalho é oriunda de unidades familiares de produção do local. Como se relacionam novos e velhos atores nesse espaço rural, em um cenário de reestruturação produtiva? Como se reconstroem as sociabilidades entre estes atores?

¹ In: CARVALHO, F (1996). Raízes da Voz. POESIA.

Quais as possibilidades ou mesmo o desejo de organização política destes novos assalariados?

INTRODUÇÃO

Duas concepções de desenvolvimento, segundo Abramovay (2002), estão sendo apresentadas à sociedade brasileira, na perspectiva de superação da pobreza nas regiões rurais do Nordeste. Um destes caminhos se assegura na premissa básica de que “é na mutação das próprias atividades tradicionais que se decide o processo de desenvolvimento”². Reconhecendo a importância de que se promovam mudanças técnicas, nesta via, as inovações sociais e organizacionais se ancoram na perspectiva do desenvolvimento territorial, postulando certa articulação entre empresas e organizações estatais, uma acentuada participação dos atores locais, mudanças produtivas e novas institucionalidades para dinamização das economias locais, mas sem o requerimento de profundas rupturas nas tradições culturais.

A segunda alternativa proposta, ao contrário, postula uma via de desenvolvimento que pressupõe a substituição dos sistemas econômicos tradicionais, por um outro de caráter moderno. Esta via se assenta na rápida incorporação de mudanças técnicas na organização produtiva, na iniciativa de empresários inovadores, na farta disponibilidade de recursos naturais e de mão-de-obra barata e na existência de bens públicos. O estabelecimento de indústrias têxteis, de calçados e de áreas irrigadas para produção de frutas *in natura* constituem-se exemplos de algumas dessas ilhas de modernização, que mais recentemente se incorporaram ao cenário das regiões rurais do Nordeste. Esta trilha não tem aqui suas primeiras pegadas. Seus vestígios percorrem longas datas. Estudo realizado pelo Instituto de Memória do Povo Cearense (IMOPEC, 1989), sobre a crise permanente do modelo exportador e que cobre um período de 1850 a 1930, testemunha a reentrância destas alternativas:

[...] Durante os oitenta anos focalizados a seca foi o pretexto ideal para justificar a estagnação do Ceará. No discurso oficial ela surge como a causa do atraso da lavoura, da penúria da população, da emigração. A solução indicada pelas classes dominantes resumia-se à construção de açudes e estradas (IMOPEC, 1989, 7).

A alternativa de implantação de áreas irrigadas no Nordeste para superação do atraso tecnológico e da pobreza da população, cujas referências mais emblemáticas são o Vale do São Francisco, entre Pernambuco e Bahia e o Vale do Açu, no Rio Grande do Norte,

² Abramovay (2002:3)

se insere nesta última via (Andrade, 2005; Mota, 2005). Essas experiências localizadas e, sob o ponto de vista econômico, bem sucedidas, chamaram a atenção para o potencial da região Nordeste enquanto espaço adequado à produção da fruticultura irrigada, estimulando à implantação de outros projetos.

Um desses, o Perímetro Irrigado do Baixo Acaraú, no estado do Ceará, projeto empresarial destinado à produção de frutas para o mercado "in natura" - constitui-se o campo de referência empírica da narrativa. Já ressaltado em trabalho anterior (Vasconcelos, 2007), as mudanças nas relações de trabalho, a presença de novos atores e as formas com estes convivem com velhos atores, a repercussão dessas mudanças na organização das famílias desafiou nossa imaginação sociológica, na formulação de um percurso investigativo, insinuando, por assim dizer, que é no local que brotam as nossas inquietações de pesquisa.

Alternando anotações resultantes de observações participantes na área em estudo, de debates em reuniões locais, com relatos que memorizam as tentativas de modernização dos espaços rurais do Nordeste, novas perguntas afrontam nossa imaginação e, sobretudo, nossa responsabilidade com os dados que produzirão, por exemplo, os nossos textos. O que há mesmo de novo no espaço rural do Nordeste? Qual o valor do trabalho para os trabalhadores rurais? Qual o entendimento de trabalho com proteção social? A precarização do trabalho no Nordeste, é um fato novo?

Evidentemente, não se pretende em tão breve reflexão responder a estas questões. Talvez seja mais prudente aqui apontar alguns dados que evidenciem a pertinência de enveredar por um caminho investigativo que tente responder a tais questões. Com este intuito, se inicia o texto, emoldurando as tentativas de construção de uma moderna agricultura no estado do Ceará no quadro maior do contexto da modernização da agricultura brasileira. Refazendo, por meio de um breve histórico, a trajetória de construção de uma moderna agricultura para no Nordeste, destaca-se àquelas mais largamente incorporadas no Ceará, focando de maneira específica as políticas de irrigação que deram curso à implantação de perímetros irrigados para a produção de frutas "in natura", ressaltando os dobramentos dessa via de desenvolvimento implantada na região do Baixo Acaraú, CE. Em seguida se delimita a área de trabalho em seus aspectos ocupacionais, de localização e de composição da força de trabalho para finalmente ensaiar algumas das mudanças nas sociabilidades no contexto de uma nova relação de trabalho naquele espaço rural. Nas considerações finais são retomadas

algumas questões na perspectiva de enlaçar as diferentes dinâmicas na economia e seus desdobramentos no campo da sociabilidade e nas esferas das práticas

Modernização da agricultura: retração ou concentração das disparidades regionais?

A reestruturação da agropecuária brasileira não é processo tão recente. Data das últimas cinco décadas as profundas metamorfoses porque passou o setor, transformando a agropecuária em uma atividade intensiva de capital, tecnologia e informação, com conseqüente aumento de produtividade e acumulação de capital. Três momentos distintos (Santos, 2000) marcam esta reestruturação. O primeiro – mudança da base técnica - se dá a partir da década de 1950. O segundo concretiza-se nos meados da década de 1960, configurando o processo de industrialização da agricultura com ampla implantação de indústrias à montante e à jusante da agropecuária. O processo de integração de capitais, a partir da centralização de capitais bancários, industriais, agrários etc, em meados da década de 70 marca o terceiro momento.

São os mais diversos os desdobramentos desse processo. Muito fecundas têm sido as análises críticas da via de modernização³. Entretanto, para nossa reflexão, importa ressaltar o caráter conservador deste processo, pois a reestruturação produtiva da agropecuária se deu por caminhos socialmente seletivos e territorialmente concentrados, mantendo intocável algumas estruturas sociais e políticas, em desalinho, portanto, aos pressupostos de uma via de desenvolvimento calcada nos ideais de equidade social e regional. as

As históricas desigualdades sociais e regionais foram reforçadas. As regiões Sudeste, Sul e parte do Centro-Oeste foram as mais intensamente contempladas com a modernização brasileira, formando, como mencionado por Santos (1986), a Região Concentrada⁴. Neste processo de reestruturação produtiva duas outras regiões foram negligenciadas – a Amazônia e o Nordeste. Esta última, constituiria, segundo autores como (Sorj, 1980; Silva, 1982; Delgado, 1985) o sub-setor arcaico da produção agropecuária brasileira, baseada numa estrutura de grandes latifúndios e pequenas explorações, uso extensivo de terra e de mão-de-obra, etc.

³ Para José Graziano da Silva (1982,1989) a modernização conservadora é aquela que privilegia apenas algumas culturas e regiões, bem como alguns tipos específicos de unidades produtivas, nunca significando uma transformação dinâmica e auto sustentada. Ao contrário, trata-se de uma modernização induzida por meio de pesados custos sociais e que se concretiza por se ancorar no Estado.

⁴ A Região Concentrada, de acordo com Santos (1986) é aquela mais mecanizada para a produção moderna e aquela na qual o avanço técnico científico e informacional se dá com maior contigüidade, tendo, por isso se expandido com maior dinamismo e complexidade.

Até a década de 70 permanecia praticamente inalterado o conjunto da agropecuária brasileira, ou seja, regiões que concentravam a modernização convivendo com outras em que persistia o atraso. Entretanto, alguns espaços rurais do Nordeste foram afetados pelo processo de reestruturação produtiva. A implantação de projetos de fruticultura irrigada para produção de frutas e de matéria-prima para as agroindústrias surgiu no contexto da "modernização conservadora". Mota (2005) assinala que a oferta centralizada de recursos hídricos em regiões específicas e a presença de um conjunto de bens e serviços públicos associadas aos baixos preços da terra e da mão-de-obra foram fatores decisivos para atrair investidores que apoiados em incentivos fiscais responderam pela implantação de perímetros irrigados no Nordeste.

É neste contexto que os espaços rurais do Estado do Ceará, que tinha sua economia baseada na pecuária, no extrativismo vegetal, na agricultura de subsistência, ganha destaque chamando atenção das empresas nacionais e multinacionais do agronegócio. Assim, dos 27 perímetros irrigados construídos em toda região Nordeste, nove estão localizados no Ceará, abrangendo as bacias hidrográficas do Jaguaribe, Salgado, Acaraú e Curu.

O PERÍMETRO IRRIGADO DO BAIXO ACARAÚ E A CONSOLIDAÇÃO AGRPÓLOS NO CEARÁ

A experiência de vida no semi-árido e as fontes percorridas em nossa pesquisa dão conta de que as boas intenções dos governantes em retirar do atraso o estado do Ceará se fundavam na necessidade de manter os índices de exportação do algodão, do café, dos couros ou das peles. O bem estar da população, apesar da ameaça de rebeliões, vinha sempre em segundo plano.

Falta de chuva: fundamento da ideologia do Estado nas medidas de combate à seca
As limitações do clima se constituíram, sempre, um empecilho para que, no Ceará, se implantasse um modelo agroexportador de matérias-primas. A escassez das chuvas e o conseqüente flagelo de população pobre da Região era o fator reincidente para que o Estado desencadeasse constantemente medidas paliativas no combate à seca: açudagem, construção de estradas, frentes de serviço. Essa concepção pautada no combate à seca, colocava as atribulações de sua população em segundo plano:

[...] O tratamento da questão do bem estar das populações vinha em segundo plano (...) Daí o armazenamento de víveres jamais ter preocupado as autoridades como uma questão fundamental. Produzia-se para exportar e

não para satisfazer as necessidades do mercado interno. Quando ocorria o problema, atribuía-se a imprevidência da população a responsabilidade pela ausência de víveres (IMOPEC, 1989, 108).

A ausência de chuvas significava tão somente a queda das exportações, subjacente, portanto, a questão da população. A chuva, portanto, tem sido o elemento do qual dependeu a economia cearense, durante séculos, uma vez que o Estado sempre se socorre de medidas paliativas, não atentando para solução definitiva do problema. Para justificar a alternância entre uma medida e outra o discurso oficial credita a responsabilidade à ineficácia da ação governamental. Nos anos que antecederam a seca de 1877, deflagrada a seca, criavam-se comissões de socorros, mobilizando, geralmente, o comércio para distribuição de gêneros de primeira necessidade à população. Na seca de 1877, por exemplo, o presidente Caetano Estelita declarava

[...] que o povo preferia o trabalho que o eleva a ter que pedir esmola (...) era necessário atenuar a crise através do trabalho (...) dentro desta concepção foram criadas as comissões de socorros públicos que realizavam melhoramentos e construíam casas para quartéis, cadeias, escolas, açudes, estradas, aterros, igrejas, etc (IMOPEC, 1989, 109).

No Ceará, data de 1881 a construção da primeira grande barragem do Estado, inaugurando, por meio da perenização dos rios, a existência de áreas irrigadas de modesta inovação técnica, mais voltada para agricultura de subsistência. Essa via de intervenção foi mediada pela instituição do locs, o hoje Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que centrava sua política de obras contra as secas, baseada em ações isoladas, notadamente, na construção de barragens e açudes, marcando um período conhecido como a fase hidráulica que perdurou até 1950 e que serviu como bem analisado por Diniz (2002, 22) "mais como moeda de negociação entre a elite local e o governo federal do que como vetor de mudança das condições socioeconômicas".

Em meados do Século XX, as teorias desenvolvimentistas provocam acalorados debates sobre a indispensabilidade de redução das desigualdades regionais, criando as condições para instituição de novos organismos estatais visando o intervencionismo federal no Nordeste. A SUDENE, BNB e CODEVASF são os maiores exemplos desta nova configuração institucional. Esta ação planejada do Estado no meio rural nordestino significou a expansão das condições técnicas e econômicas necessárias à modernização agropecuária, redundando na expansão do capitalismo no campo.

Foi breve o período de entusiasmo com a modernização da agricultura brasileira. Conservadora, a modernização foi concentrada intra e entre regiões. Acentuada as

disparidades regionais novas concepções orientam os caminhos de desenvolvimento para o Nordeste. Os principais paradigmas que norteavam os programas de irrigação para a Região atravessaram profundas alterações. Prioriza-se a irrigação privada, para e pelo mercado.

Em 1986, com a criação do Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação, um novo padrão denominado Novo Modelo de Irrigação se instaura na Região com o objetivo de promover programas e grupo de programas estruturantes para o crescimento econômico do campo, ancorados no incremento do agronegócio, por meio uso de inovações tecnológicas para aumento de competitividade de complexos agroindustriais e determinadas cadeias produtivas.

Nos perímetros irrigados, as vendas de lotes priorizaram para empresas agrícolas que seriam referências na implementação de novas tecnologias, novas formas de produção e organização do trabalho agrícola, transformando o perfil vigente dos perímetros irrigados do DNOCS, que visava a transformação dos trabalhadores rurais em irrigantes mas persistindo a organização familiar da produção.

No Ceará três grandes projetos emolduram essa nova forma de organização de grandes perímetros de irrigação: Tabuleiros de Russas, Araras Norte e Baixo Acaraú.

Contexto de criação do Baixo Acaraú

A implantação do perímetro irrigado foi iniciada em 1983, na efervescência de discursos políticos e governamentais que colocavam a irrigação como a tábua de salvação para retirar o Nordeste brasileiro de um persistente "atraso". Os serviços de administração, operação e manutenção da infra-estrutura de uso comum, tiveram início bem depois, a partir de 2001, em um contexto reestruturação produtiva da agropecuária e do espaço agrário cearense, cuja tendência é a consolidação de agropólos, associados a um paradigma de desenvolvimento agrícola moldado nos padrões atuais de intensa competitividade, em produtos de alto valor agregado e incremento da produção e produtividade.

Sobressai neste cenário de reestruturação produtiva o incremento da fruticultura tropical considerada por amplas parcelas do empresariado e da tecnoburocracia do poder público como uma solução alternativa para dinamizar e prover sustentabilidade para os espaços rurais do semi-árido cearense. A possibilidade de estabelecimento da fruticultura no Estado está associada à política de exportação de frutas *in natura* ou processada em

polpas e sucos, tendo em vista as possibilidades de colocação no mercado internacional e as facilidades que vêm sendo estabelecidas pelos governos estadual e federal.

Favorecer ao modelo agroexportador, como se pode ver, continua sendo a grande motivação para fundar estratégias de intervenção nos sistemas produtivos do semi-árido do Nordeste, ainda que os discursos que justificam a mobilização de avultados recursos humanos e financeiros se pautem em argumentos que apelam para geração de emprego e de renda de áreas e de populações carentes da Região.

Caminhando em nova paisagem: extensões de semi-árido loteadas e recomposição da força de trabalho familiar

A área correspondente ao perímetro irrigado está localizada na região Norte do Ceará, no trecho final da Bacia do Rio Acaraú, distante 220 km da capital do Estado, Fortaleza. Compreendendo uma área desapropriada de 12.407,00 ha, o perímetro abrange três municípios do Ceará: Acaraú, Bela Cruz e Marco.

Historicamente, o espaço rural Baixo Acaraú constituía-se de uma área ocupada por grandes áreas de pecuária e de pequenos proprietários que se dedicavam ao cultivo de produtos de subsistência e, em menor escala, aos cuidados com fruteiras, especialmente o caju, bem como ao artesanato de renda. Nesse espaço de trabalho, de morada e de vida se realizavam diferentes relações entre os seus atores, dentre as quais se destacavam as diversas combinações de parceria para exploração das terras às margens do rio Acaraú, as negociações mais próximas de venda e compra de seus produtos e também de proximidade de relações entre os donos dos grandes estabelecimentos com as famílias de moradores e rendeiros.

No empreendimento estão implantados 8.816,61 há, faltando 3.590,40 ha para concluir a implantação do projeto. Coube ao Estado a instalação da infra-estrutura de irrigação nas áreas externas aos lotes e aos empresários a complementação da parte interna, constituída por 111 lotes (de 7,29 a 8,52 hectares) de "pequenos produtores"⁵; 12 lotes de técnicos (com variações entre 12,62 e 24,7 hectares); e, 10 lotes de empresários (de tamanhos que variam entre 42,1 a 82,6 hectares).

Tomando como referência uma amostra de pequenos produtores, representada por 17 lotes irrigados, anotou-se alguns resultados que nos chamaram atenção: das 145 pessoas

⁵ Aqui a denominação Pequenos Produtores refere-se exclusivamente ao tamanho do lote, contrária, portanto, à concepção de pequenos produtores, nos projetos de desenvolvimento rural dos anos 70 e 80, que se associava ao uso de mão-de-obra familiar, a orientação para produção de subsistência e a integração parcial aos mercados consumidor e produtor, elementos mais vinculados à visão clássica de produção camponesa (Vasconcelos, 1997).

que ali trabalhavam 111 eram empregados temporários e apenas 34 eram membros das famílias. Além disso, em nenhum dos 17 lotes se produziam culturas de subsistência. Toda produção, composta por frutas *"in natura"*, é orientada, preferencialmente, para exportação, destinando-se, parcialmente, ao consumo interno, quando não atendida às exigências do mercado externo, ou seja, um modelo de gestão que não se caracteriza como empreendimento familiar.

De fato, em sua grande maioria, tanto os "pequenos produtores" quanto os trabalhadores assalariados em regime temporário são oriundos da agricultura familiar, cabendo aqui algumas subdivisões: os trabalhadores assalariados quase todos se originam da agricultura familiar da área que foi desapropriada que se reincorporaram aos seus lugares trabalho e de morada pela via do assalariamento, confirmando a prevalência do caminho de diversificação da economia rural cearense embasado na substituição dos sistemas de produção tradicionais por sistemas modernos com intensificação do uso de tecnologias possibilitado por parcerias entre o Estado e a iniciativa privada.

Espaços recriados: o que muda na vida e na cultura dos atores locais

Desde o seu início, ou seja, desde que inaugurou-se, no Nordeste, no final da década de 1960, um padrão de intervenção centrado em espaços econômicos restritos, as populações que habitavam estes espaços tiveram profundas alterações em suas relações de trabalho e em suas próprias vidas. Quando sucederam-se os pacotes, projetos-impactos e programas especiais, entre os quais se insere o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), a irrigação passou a ser um eixo central de uma política que de um lado se pautava na exploração do Vale do São Francisco, por meio da instalação de grandes empresas. De outro, investia na criação de projetos de produção agrícola de tamanho familiar, cabendo ao Estado, sob a gestão do DNOCS, a criação de pequenas empresas baseadas no trabalho familiar, com certo estímulo para o uso de técnicas modernas.

Este caminho primeiro, seguido pelo DNOCS, visava transformar os trabalhadores rurais em irrigantes. Embora aqui se tenha assegurado a primazia das unidades de produção familiar na ocupação dos lotes, o processo foi marcado por intensas mudanças nas relações de trabalho e na vida desses atores que passam a ser denominados de colonos ou irrigantes – um novo agente na organização social e espacial do sertão. Ao chegar à posição de irrigante, como bem assinalado por Diniz (2002), o antigo meeiro ou morador tem sua estrutura de vida alterada

[...] os trabalhadores ao ingressarem no perímetro não tinham nenhuma identificação com aquele espaço, que não foi construído por eles e, portanto, não gerou nenhuma identidade socioespacial. Estavam sem identidade não só com o espaço físico, concreto, mas também com tudo o que aquele espaço representava: irrigação, novas tecnologias, novas relações de trabalho, ou seja, uma nova forma de viver (DINIZ, 2002, 49).

A recriação do espaço produtivo do Baixo Acaraú se dá em outras bases, não apenas alterando as relações de trabalho e a reconversão dos sistemas de produção. Lá, a grande maioria das famílias foi expropriada de seus meios de produção, de seus locais de morada para que se implantasse um projeto empresarial, visando à exportação de frutas *in natura*. O espaço rural habitado e explorado por grandes, médios e pequenos proprietários, por moradores, meeiros, agregados que viviam, prioritariamente, da pecuária extensiva e das culturas de subsistência se transforma num conjunto de pequenas, médias e grandes empresas de fruticultura altamente tecnificada, distribuídas em pequenas ruas, numeradas pela organização do projeto. Não mais "o olho d'água", não mais "a baixa da ritinha" como mencionaram alguns desses atores. "Agora uma vilazinha" por onde transitam empregados das empresas, em regime temporário. Não mais o feijão e o milho verde. A cabra e a galinha desapareceram. Nenhuma produção para venda ou consumo da família. Só frutas e todas apanhadas na porta e acondicionadas em caixas plásticas.

A composição da força de trabalho

De fato, em sua grande maioria, tanto os "pequenos produtores" quanto os trabalhadores assalariados, em regime temporário, são oriundos da agricultura familiar, cabendo aqui algumas subdivisões: os trabalhadores assalariados quase todos se originam da agricultura familiar da área que foi desapropriada.

Os pequenos empresários, em sua maioria também são originários da agricultura familiar. Entretanto, entre as 09 associações que se formaram como pré-requisito dos agentes financeiros para aquisição de empréstimos, encontram-se as seguintes composições:

Empresários dissociados da lógica de produção familiar

Duas associações são formadas por técnicos ligados às atividades agropecuárias e outra por aposentados. A grande maioria dos proprietários mora fora – nas cidades de grande ou de médio porte – por conseguinte o trabalho não é para eles um elo para construção de sociabilidades. As relações que se estabelecem entre patrões e empregados são quinzenais e apenas para efetivar pagamentos, pois a venda dos seus produtos,

geralmente é feita por uns dois ou três empresários, que ali representa a figura do intermediário.

Empresários de origem de unidades de produção familiar

Neste grupo, destaca-se dois sub-grupos:

Empresário de origem de unidades de produção familiar de fora do perímetro irrigado

Constituída por um grupo de pessoas oriundas de outro perímetro irrigado do Ceará, esse grupo instituiu uma associação - indispensável para contrair o crédito para implantação da área. Este grupo se reúne com frequência para encaminhar reivindicações em busca da sustentabilidade de seus empreendimentos: assistência técnica de qualidade voltada para o aumento da produção mas sem agravamento a questão ambiental. Outra reivindicação está relacionada ao processo de espoliação na venda das frutas.

Empresário de origem de unidades de produção familiar pertencentes ao perímetro

As associações são constituídas por pessoas que moram nos municípios da circunvizinhança, que contratam trabalhadores por diárias. Para esse grupo o trabalho representa um elo de sociabilidade. Eles preferem empregar parentes e amigos que conhecem há muito tempo.

OS TRABALHADORES RURAIS ASSALARIADOS

Inicialmente, com os trabalhadores assalariados - que tanto acentuaram nossa perplexidade naquele espaço rural alterado pelo projeto - conversamos com apenas uma liderança e depois com a secretária do sindicato dos trabalhadores rurais. Nos depoimentos destes dois atores se confirmou a hipótese de que a força de trabalho do perímetro é oriunda da agricultura familiar que morava na área antes da implantação do perímetro que ali trabalha, sem carteira assinada ganhando por meio de diárias de serviço. Neste sentido uma das falas da liderança merece ser destacada

[...] o pessoal que aqui trabalha morava todo aqui... eles fazem parte da família dos moradores, dos pequenos proprietários, eram afilhados de alguns patrões, tinha de todo jeito (...) quase tudo tem o pé na roça e nem querem largar dela.. (S.M. T 19.09.05).

[...] é difícil encontrar um que ande procurando negócio de direito do trabalho... não é carteira assinada que ninguém quer..todo mundo sonha de pegar uma garapinha e comprar uma terra barata.. (S. M A 21.09.05).

Em evento mais recente, uma reunião no Sindicato dos Trabalhadores Rurais da área do perímetro, da qual participaram cerca de 20 trabalhadores da área irrigada, pôde-se anotar o seguinte diálogo:

[...] num interessa pra nós falar da nossa situação sobre os direitos dos trabalhadores, qualquer coisa que a gente diga vai servir pra o Governo fazer mais concurso e aumentar o número de fiscais pra ficar aqui ganhando diárias e perturbar o serviço da gente.. (S. T. F 21.05.07).

Mota (2005) faz uma referência ao depoimento feito por um trabalhador no projeto de irrigação Platô de Neópolis, SE que mergulha no canal para se esconder de fiscais do Ministério. Mesclando estas duas informações e algumas outras já mencionadas como, por exemplo, "não é carteira assinada que ninguém quer..todo mundo sonha de pegar uma garapinha e comprar uma terra barata" novas perguntas se somaram ao meu campo de estudo. Qual o significado da proteção social do trabalho para estes trabalhadores?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve espaço, encontram-se dificuldades para responder a questões como: Quais as possibilidades ou mesmo o desejo de organização política destes novos assalariados? Não se pode negar a possibilidade de uma afirmação política destes novos assalariados do campo. Entretanto, pelo que se pôde observar até o momento, os critérios de recrutamento para o trabalho, que privilegiam os serviços de homens e mulheres que não pertençam a qualquer movimento social, a pouca disposição de lutar pelos direitos trabalhistas, pois a sindicalização já lhes assegura a aposentadoria e até mesmo uma idéia de liberdade, podem concorrer para que estes trabalhadores, no mínimo, retardem um processo de organização política.

O que mais se pode perceber nesta reflexão, nas idas e vindas de idéias e de projetos modernizantes para superar o quadro de pobreza das regiões do Nordeste, é que: por maiores e melhores que sejam as boas intenções dos discursos que fundamentam cada nova concepção para intervenção, os grandes beneficiários são os segmentos agroexportadores de cada época, desde o algodão, no passado, até a fruticultura irrigada, nos dias de hoje. Destarte, as unidades familiares de produção, que por direito deveriam se beneficiar dos programas e projetos feitos em seu nome, sobretudo, pelo grande débito que com elas têm a tecnoburocracia estatal brasileira, são rotineiramente excluídas dos benefícios dessas tantas políticas e não só isso, muitas vezes expropriadas de seus meios de produção como se ocorreu no Baixo Acaraú, em que os agricultores familiares ao invés de serem incluídos em atividades produtivas rentáveis, parecem caminhar para proletarianização. Como assinalou José de Souza "A modernização é um valor dos sociólogos rurais e não necessariamente das populações rurais, porque, de fato para

estas não raro ela tem representado desemprego, desenraizamento, desagregação da família e da comunidade, dor e sofrimento (...) Uma modernização postiça, pesadamente subvencionada pela sociedade brasileira, mais expressão da ineficiência da grande empresa do que de sua louvada eficiência" (MARTINS, 2003, 221 - 222).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. 2002. Diversificação das economias rurais no Nordeste. Relatório Final. Brasília: PCT IICA/NEAD, 45p. (mimeo).
- ANDRADE, M. C. 2005. *A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7ª ed. São Paulo: Cortez
- ANTUNES, Ricardo. 1999. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e o mundo do trabalho*. 6.ed. Campinas:UNICAMP.
- BRAGA, Elza. M. F. 2003. O local e a construção de uma nova cultura política. *In*:. BRAGA, Elza. M. F. (Org). *América Latina: transformações econômicas e políticas*. Fortaleza: Editora UFC.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. 1990. A atuação da CODEVASF e do DNOCS no desenvolvimento da irrigação no nordeste Brasília: MARA.
- CASTEL, R. 1998. As metamorfoses do mundo do trabalho. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, Vozes.
- CASTRO, Iná Elias de. Seca versus seca: novos interesse, novos territórios, novos discursos no Nordeste. *In*: CASTRO, Iná Elias de et al. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.
- CAVALCANTI, J. S. B. 1997. Frutas para o mercado global. São Paulo. USP U.S.P. *Estudos Avançados*, v.11, n. 29, 79-93.
- CARVALHO, Francisco. *Raízes da voz. Poesia*. Fortaleza, CE, Casa José de Alencar. Programa Editorial. UFC.
- DELGADO, G. da C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone; UNICAMP, 1985.
- DINIZ, A. S. A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão. *In*: ELIAS, Denise & SAMPAIO, J.L.F. (orgs) *Paradigmas da agricultura cearense: modernização excludente*. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2002.

ELIAS, Denise. Integração competitiva do semi-árido. In: ELIAS, Denise & SAMPAIO, J.L.F. (orgs) Paradigmas da agricultura cearense: modernização excludente. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2002.

IANNI, Otávio. *A idéia do Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

IMOPEC. Ceará – a crise permanente do modelo exportador 1850-1930. Fortaleza, CE. Instituto de Memória do Povo Cearense – IMOPEC, 1989.

MARTINS, J. de S. 2003. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

MIRANDA, R. N. 1991. Avaliação do Projeto Nordeste e do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v. 22, n. 114, p. 9 – 45.

MOTA, D. M. O trabalho temporário no projeto de irrigação Platô de Neópolis-SE. Cadernos de Ciência & Tecnologia, n.18,p.113-134,2001.

_____. Trabalho e sociabilidade em espaços rurais. Série BNB Teses e Dissertações Nº 1, Fortaleza: BNB, 2005.

SANTOS, Milton. A região concentrada e os circuitos produtivos. Relatório de pesquisa do projeto: O centro nacional: crise mundial e redefinição da região polarizada. 1986 (mimeo).

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, J. Graziano. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SORJ, B. Estados e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1980.

VASCONCELOS, Helenira E. M. Produção familiar no Nordeste: definições e redefinições nas propostas do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária – SNPA. UFRRJ/CPDA. Rio de Janeiro, 1997. 202p. Tese de Mestrado.

VASCONCELOS, Helenira E. M. Atores, sistemas produtivos e relações de trabalho na criação do pólo frutícola do perímetro irrigado do Baixo Acaraú. In XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife, PE. 2007.

II Encontro da Rede de Estudos Rurais

11 a 14 de setembro de 2007 – Rio de Janeiro

Horário de apresentação e orientação para apresentação dos trabalhos

somente estarão disponíveis no dia 20/08/2007 no site.

LISTAGEM TRABALHOS ACEITOS

GT 1 - A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

1. TIPIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS NA REGIÃO DE ANDRADINA-SP, A PARTIR DAS DIFERENTES ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO Antonio Lázaro Sant'Ana
2. UM DIAGNÓSTICO DA REFORMA AGRÁRIA NA PARAÍBA Daniel Duarte Pereira, Fernando Garcia de Oliveira, Genaro Ieno Neto, Genival Barros Júnior, Paulo Adissi
3. PROCESSOS DE DIFERENCIAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO SUL DO BRASIL: IDENTIDADE, ARTICULAÇÃO POLÍTICA E PROJETO Everton Lazzaretti Picoletto
4. CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE OS DISCURSOS SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA AGRICULTURA PATRONAL PARA A FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO Guilherme Jonathas Mendes de Faria
5. LÓGICAS SOCIOCULTURAIS E ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS NO ASSENTAMENTO MENINA DOS OLHOS DOS SEM-TERRA Marcos Botton Piccin
6. JUDICIALIZAÇÃO E CONFLITO DE TERRA NO PARÁ – REFLEXÕES A PARTIR DE UM JULGAMENTO NA VARA AGRÁRIA DE ALTAMIRA Mariana Trotta Dallalana Quintans
7. MUDANÇA INSTITUCIONAL E OS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO NO ASSENTAMENTO JOSÉ ANTÔNIO EUFROSINO (PB) Roberto de Sousa Miranda, Luis Henrique Cunha, Aldo Manoel Branquinho Nunes
8. A FRONTEIRA AGRÍCOLA E A MIGRAÇÃO NA TRANSAMAZÔNICA - NOVAS QUESTÕES, ANTIGOS DEBATES Thais Tartalha do Nascimento
9. AS LIGAS CAMPONESAS E A LUTA PELA TERRA NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960 Camila de Castro Dias
10. DA TEORIA DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS À SUA PRÁTICA NO MEIO RURAL Danilo Uler Corregliano

GT 5 – PROCESSO DE TRABALHO, TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA

E DIREITOS SOCIAIS

1. PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MUNICÍPIOS DO AGRESTE NORDESTINO (PARAÍBA E ALAGOAS).
Ana Patrícia Sampaio de Almeida; Valério Veríssimo de Souza Bastos; Paulo Candido da Silva; Edgard Malagodi
2. ASSENTAMENTOS RURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: PRODUÇÃO COMERCIAL EM PARCERIAS COM AGROINDÚSTRIA.
Daniel Tadeu do Amaral; Vera Lúcia S. Botta Ferrante
3. CADEIA CARNE-GRÃOS E REORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NA BR-163
Karina Vianna Cardoso
4. AGREGADOS E MULHERES, O “QUEIJO DE FINAL SEMANA” E O VALOR DO TRABALHO
Evander Eloí Krone Renata Menasche
5. TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NO PÓLO DE FRUTICULTURA IRRIGADA DO BAIXO-AÇU
Sabrina Ângela França Silva; Edilene Fernandes Jales
6. AS MIGRAÇÕES SAZONAIS DO SERTÃO PARAIBANO PARA AS USINAS CANAVIEIRAS DE SÃO PAULO
Marilda Aparecida de Menezes; Marcelo Saturnino
7. INOVAÇÕES EM ESPAÇOS RURAIS DO NORDESTE: ALTERAÇÕES NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO, NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E NA VIDA DAS FAMÍLIAS DE ÁREAS IRRIGADAS
Helenira Ellery M. Vasconcelos
8. IMPLANTAÇÃO DE PERÍMETROS IRRIGADOS NO NORDESTE RURAL: INCLUSÃO OU PROLETARIZAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR?
Helenira Ellery Marinho Vasconcelos; Elza Maria Franco Braga
9. PARCERIAS E NOVAS FORMAS DE TRABALHO NAS ÁREAS DE ASSENTAMENTOS: UMA QUESTÃO CONTROVERSA
Maria Aparecida de Oliveira; Vera Lúcia S. Botta Ferrante
10. ARMADILHA DO CAPITAL: A POLÍTICA DE CRÉDITO AGRÍCOLA ESPECIAL SOB A ÉGIDE DO CAPITAL FINANCEIRO
Simone C. Contente Padilha